A C Ó R D Ã O N° 32.485
(Processo nº 2000/51765-8)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VILA MUTUCAL - CURUÇÁ (Convênio S/Nº - IPASEP)

Responsável: Sra. SILVIA REGINA NEVES TRINDADE, Presidenta.

Relator: Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE.

EMENTA: É considerado devedor para com a Fazenda Estadual, o responsável, devendo o mesmo recolher aos cofres estaduais o valor recebido atualizado, no prazo de 30 dias, após a publicação da decisão.

Relatório do Exmº. Sr. Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE:
Processo nº 2000/51765-8

1. Trata o presente processo da tomada de contas referente ao Convênio s/nº/97, cujo valor repassado foi de R\$-40.685,60, firmado entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP e a Associação Comunitária Vila Mutucal-Curuçá-Pa. O objetivo do convênio foi a colaboração técnica, administrativa e financeira para prestação de serviços de Assistência Previdenciária Social, Médica a nível ambulatorial, aos beneficiários do IPASEP, sendo responsável a Sra. SILVIA REGINA NEVES TRINDADE – Presidente.

2. O DCE, por meio da 6ª. Controladoria, às fls. 54/57, informa que a responsável, Sra. Silvia Regina Neves Trindade, ainda que cientificada da tomada de contas (fls. 61/62), não enviou a documentação comprobatória do emprego dos recursos, como também, a cópia do Relatório de supervisão, enviado pelo IPASEP (fls.26), não está devidamente fundamentado nos termos da Resolução nº 13.989 de 20-06-95, que estabelece sobre a obrigação do Órgão repassador de acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto conveniado.

Conclui então, o órgão técnico, no sentido de considerar a responsável em débito para com a Fazenda Estadual, pelo valor R\$-40.685,60,

devidamente atualizado, bem como aplicação de multa pelo descumprimento de prazo regimental, quanto à remessa das contas a este Tribunal.

3. O Ministério Público, em parecer assinado pela ilustre Procuradora Dr^a Maria Helena Loureiro, às fls.66, opina que a responsável deve ser declarada em débito para com o erário estadual, pela quantia recebida e intimada a devolvê-la com os acréscimos legais e penalidades cabíveis.

É o Relatório.

V O T O:

Declaro o responsável em débito para com a Fazenda Pública Estadual, devendo recolher a quantia recebida devidamente atualizada, no prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação desta decisão. Em caso de não cumprimento desta determinação, os autos deverão ser encaminhados ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, responsabilizar a Sra. SILVIA REGINA NEVES TRINDADE, Presidenta, pela importância de R\$-40.685,60 (quarenta mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), devidamente atualizada, que deverá ser recolhida aos cofres estaduais no prazo de trinta (30) dias. Em caso de não cumprimento desta determinação, os autos deverão ser encaminhados ao Ministério Público, para as providências cabíveis, na forma do voto do Exm^o. Sr. Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, Relator.

Plenário Conselheiro “Emílio Martins”, em 25 de abril de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Presidente

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Relator

LAURO DE BELÉM SABBÁ

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

FERNANDO COUTINHO JORGE
OLIVEIRA

MARIA DE LOURDES LIMA DE

Presente a sessão: O Procurador-Chefe Dr. Antônio Maria F. Cavalcante.
RC/0100455/